



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.º SL

Aos 17 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Discussão e votação do parecer na generalidade sobre o P JL n.º 974/XIII (3.ª), do PCP - «Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e n.º 284/99, de 26 de julho» - Autor do Parecer: Deputado João Marques;*

2. *Discussão e votação do parecer na generalidade relativo aos P JL's n.º 997/XIII (4.ª) «Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos» e n.º 998/XIII (4.ª), do CDS-PP - «Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde» - Autora do Parecer: Deputada Fátima Ramos;*

3. *Discussão e votação do parecer na generalidade relativo ao P JL n.º 984/XIII (4.ª) PAN «Assegurar a não prescrição e administração de metilfenidato e atomoxetina a crianças com menos de 6 anos de idade» - Autora do Parecer: Deputada Eurídice Pereira.*

---

O Vice-Presidente da Comissão Moisés Ferreira, que assumiu a condução dos trabalhos, começou por referir ter ficado sem efeito a audição regimental do Ministro da Saúde, por ter sido substituído na remodelação governamental ocorrida no passado fim-de-semana, devendo a mesma ser agendada o mais rápido possível. Para efeitos de elaboração de parecer, foram assim distribuídas as seguintes iniciativas: os P JL's n.º 1007, do BE, e n.º 1010, do PSD, respetivamente sobre o «Acesso à identidade civil de dadores de gâmetas por pessoas nascidas em consequência de tratamentos ou procedimentos de procriação medicamente assistida e criação de uma norma transitória para dívidas anteriores a 24 de abril de 2018 (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)» e «Regime de acesso à informação sobre a identificação civil dos dadores no âmbito dos processos de Procriação Medicamente Assistida», ao PS, que indicou a Deputada Isabel Moreira. Foram ainda distribuídas para elaboração



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.ª SL

de Parecer a PPL n.º 155 XIII (4.ª) relativa às GOP, ao BE, que indicou o Deputado Moisés Ferreira e a PPL n.º 156 XIII (4.ª), relativa à aprovação do OE para 2019, ao CDS-PP, que indicou a Deputada Isabel Galriça Neto.

O Deputado Ricardo Baptista Leite referiu que embora o Ministro da Saúde tenha sido substituído, o Governo tem continuidade e tem de responder perante o Parlamento, devendo a audição regimental da Ministra da Saúde ocorrer ainda este ano.

O Deputado António Sales interveio para agradecer todo o trabalho e colaboração do Ministro da Saúde Adalberto Campos Fernandes durante estes últimos três anos, que certamente serão seguidos pela nova equipa ministerial.

A Deputada Isabel Galriça Neto corroborou a necessidade de, com a máxima celeridade, agendar a audição da Ministra. Sobre a anterior equipa ministerial, e reiterando todas as divergências que foram públicas, havia um respeito mútuo.

O Presidente em exercício disse que certamente a Comissão fará as diligências para a remarcação da audição obrigatória da Ministra da Saúde.

1. Discussão e votação do parecer na generalidade sobre o P JL n.º 974/XIII (3.ª), do PCP - «Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e n.º 284/99, de 26 de julho» - Autor do Parecer: Deputado João Marques

O Deputado João Marques apresentou o Parecer na generalidade sobre o P JL n.º 974/XIII (3.ª), do PCP - «Regula o regime jurídico e os estatutos aplicáveis às unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde integradas no setor público administrativo, procedendo à revogação dos Decretos-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro e n.º 284/99, de 26 de julho». Nos considerandos deu conta do objeto e motivação, fez o enquadramento constitucional, legal e antecedentes, reservou a sua opinião para o debate em plenário e concluiu referindo que a iniciativa em apreço reúne os requisitos exigidos para ser discutida e votada em Plenário.

O Deputado Ricardo Baptista Leite informou que o PSD também reservará a opinião para a discussão detalhada em Plenário. O debate sobre as PPP será interessante, mas inútil, uma vez que o PCP dentro de semanas estará a aprovar o OE para 2019.

A Deputada Isabel Galriça Neto reserva a sua opinião para o debate em Plenário.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.º SL

A Deputada Carla Cruz disse que o Parecer é factual e objetivo. Esclareceu que o PCP é coerente, está confortável com o que o PCP diz no PJI e com o que faz, frisando que a política de direita levou a transformações que deterioram o SNS, perguntando se o PSD, dado que defende o SNS, está disponível para votar favoravelmente o PJI do PCP.

Os considerandos e conclusões do Parecer foram colocados à votação, sendo aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Discussão e votação do parecer na generalidade relativo aos PJI's n.º 997/XIII (4.ª) «Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos» e n.º 998/XIII (4.ª), do CDS-PP - «Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde» -  
Autora do Parecer: Deputada Fátima Ramos

A Deputada Fátima Ramos apresentou o Parecer na generalidade relativo aos PJI's n.º 997/XIII (4.ª) «Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos» e n.º 998/XIII (4.ª), do CDS-PP - «Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde». Nos considerandos deu conta do objeto e motivação da iniciativa, fez o enquadramento constitucional, legal e antecedentes, reservou a sua opinião para o debate em plenário e concluiu referindo que a iniciativa em apreço reúne os requisitos exigidos para ser discutida e votada em Plenário, anexando a nota técnica.

Neste ponto da ordem do dia assumiu a condução dos trabalhos a Vice-Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Maria Antónia de Almeida Santos.

O Deputado João Marques cumprimentou a Deputada pelo Parecer, entendendo que a matéria em causa é da competência do Governo e não da AR. Reserva a sua opinião para discussão em Plenário.

A Deputada Isabel Galriça Neto felicitou a autora do Parecer, deixando a sua discussão para Plenário.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Deputada, reservando a sua opinião para a discussão Plenária.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada autora do Parecer, que é objetivo, indicando que o votará favoravelmente.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.ª SL

A Deputada Fátima Ramos agradeceu as palavras simpáticas dos diversos Deputados.

A Presidente em exercício associou-se aos cumprimentos. Colocou os considerandos e conclusões do Parecer à votação, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do parecer na generalidade relativo ao P JL n.º 984/XIII (4.ª) PAN «Assegurar a não prescrição e administração de metilfenidato e atomoxetina a crianças com menos de 6 anos de idade» - Autora do Parecer: Deputada Eurídice Pereira

A Deputada Eurídice Pereira apresentou o Parecer na generalidade relativo ao P JL n.º 984/XIII (4.ª) PAN «Assegurar a não prescrição e administração de metilfenidato e atomoxetina a crianças com menos de 6 anos de idade». Nos considerandos deu conta do objeto e motivação da iniciativa, fez o enquadramento constitucional, legal e antecedentes, reservou a sua opinião para o debate em plenário e concluiu referindo que a iniciativa em apreço reúne os requisitos exigidos para ser discutida e votada em Plenário, anexando a nota técnica.

O Deputado Ricardo Baptista Leite cumprimentou a Deputada. Entende que o tema é relevante e importante, até pelo impacto que está a ter na sociedade. Tendo em conta a especificidade da matéria entende que deviam ser recolhidas opiniões de outras entidades, antes de serem tomadas posições definitivas.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a Deputada, informando que o BE tem uma iniciativa sobre o assunto.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou a autora do Parecer. Independentemente de reconhecer que poderá existir sobre prescrição, este é um ato que compete aos clínicos. Considera que ir por este caminho seria entrar em «areias movediças».

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada Relatora, referindo que o Parecer é factual e objetivo e que o votará favoravelmente. A matéria é importante, mas tem sérias dúvidas de que se resolva através de um processo legislativo, o que seria um precedente grave. Seria útil fazer um debate e ouvir diversas entidades.

A Deputada Eurídice Pereira esclareceu que a iniciativa é recente, mas que havia urgência em elaborar o Parecer, porque foi agendada a sua discussão em plenário.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.º SL

A Presidente em exercício esclareceu que este PJI será discutido na generalidade.

O Deputado Ricardo Baptista Leite deixou claro que se o PAN insistir na votação, o PSD votará contra.

Os considerandos e conclusões do Parecer foram colocados à votação, sendo aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 17 outubro 2018.

**A VICE- PRESIDENTE**

**(MARIA DE ANTÓNIA ALMEIDA SANTOS)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 140/XIII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
José António Silva  
Luís Graça  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro  
Ana Oliveira  
Ana Rita Bessa  
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Jorge Falcato Simões  
José Luís Ferreira  
Luís Soares  
Luís Vales  
Marisabel Moutela

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

José de Matos Rosa